

Estudo da EY indica que métricas padronizadas, ou seja, que sofrem influência da regulação ou dos padrões de reporte de sustentabilidade, apresentaram, em relação à edição anterior, as maiores variações positivas para as instituições analisadas

A regulação, com a definição de padrões, contribui para melhorar a cobertura e efetividade das divulgações realizadas pelas instituições financeiras brasileiras, de acordo com a nova edição realizada pela EY no ano passado do estudo Long Term Value (LTV). As métricas padronizadas – aquelas que sofrem influência da regulação ou dos padrões de reporte de sustentabilidade – apresentaram as maiores variações positivas em relação à edição anterior publicada em 2023. Para chegar a essa constatação, foram analisados os relatórios de divulgação de informações não financeiras publicados em 2023, referentes a 2022, de 11 instituições financeiras (IFs) brasileiras que também estavam na pesquisa anterior.

“As métricas recomendadas pela SASB (Sustainability Accounting Standards Board) aparecem bem classificadas na pontuação geral, com destaque para Dados e Informação, Fatores ESG na Tomada de Decisão e Ética nos Negócios, que tiveram maior e melhor cobertura por parte das instituições financeiras avaliadas”, diz Rafael Schur, sócio da EY e líder do segmento de Mercado de Serviços Financeiros para o Brasil. A agenda de sustentabilidade e seu modelo de relatos baseado em indicadores financeiros e não financeiros, ainda segundo o executivo, têm sido desafiados pelo avanço dos debates nacionais e internacionais em torno da divulgação de sustentabilidade e mudanças climáticas, da materialidade e da influência de regulações ESG em expansão globalmente e particularmente no Brasil.

“Nos próximos anos, precisamos estar atentos à padronização das normas IFRS S1 e S2, do ISSB (International Sustainability Standards Board), já recepcionadas no Brasil pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), e de outros avanços em termos de regulação, considerando as consultas públicas do Banco Central e da Susep (Superintendência de Seguros Privados)”, afirma Schur. “Há, ainda, outros dois fatores de atenção para esse mercado: os progressos da TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures) e temas relacionados aos consumidores e inclusão financeira. Esse contexto vai exigir a preparação das instituições para uma era de maior transparência e efetividade da comunicação de sustentabilidade”, completa.

Maiores bancos estão à frente

As grandes instituições bancárias brasileiras pertencentes ao S1, de acordo com a segmentação adotada pelo BC, têm melhor divulgação do que os outros segmentos analisados, o que, na avaliação do estudo, pode se dever pela maior quantidade de requisitos regulatórios a que estão obrigadas e pelo maior nível de maturidade nas práticas de sustentabilidade e gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos.

A edição 2024 do estudo LTV também aponta que uma nova métrica adotada, a de Cadeia de Suprimentos, já está aparecendo entre os destaques, assim como a de Finanças Sustentáveis, que somente se aplica aos bancos, em posição intermediária.

Em 2024, foi utilizada uma amostra ampliada do Brasil, com 21 instituições financeiras, sendo nove bancos, cinco seguradoras, dois neobancos, dois adquirentes, duas gestoras e uma cooperativa. Dessas, conforme mencionado anteriormente, 11 IFs participaram da primeira edição do levantamento. Outra novidade é que foram incluídas 12 IFs provenientes do Chile, da Colômbia, do Peru e do México, sendo nove bancos, uma holding, uma seguradora e uma gestora.

Fonte: Agência EY, em 27.01.2025.